



A ciência como fonte em Cidades: como o jornalistas não especializados usam conhecimento nas suas matérias¹

Tiago Enriquez Tachy²
Antônio Brotas³
Faculdades Jorge Amado

Resumo

O assunto deste trabalho é a ciência como fonte no caderno Cidades. O objetivo é entender como a ciência aparece nas matérias dessa editoria. Este artigo desenvolve a abordagem de alguns teóricos sobre ciência; sobre as relações entre jornalistas e cientistas idealizadas, pesquisadas e classificadas por autores do jornalismo científico; e sobre as classificações feitas para uso de fontes em estudos mais próprios do newsmaking. Isso para justificar e direcionar a pesquisa de como as fontes científicas aparecem na editoria de Cidades.

Palavras-chave

Ciência; jornalismo científico; caderno cidades; fontes.

Corpo do trabalho

É obvio que a ciência aparece no jornalismo científico. Mas também aparece em outras editorias, como em Economia, em Esporte, em Cultura. No presente caso, há uma pesquisa sobre a ciência na editoria de Cidades, a parte do jornal que não é suplemento nem jornalismo especializado. Faz-se pertinente porque os jornalistas dessa editoria utilizam a ciência como fonte para conferir credibilidade às suas matérias, visto o status que a ciência na sociedade ocidental contemporânea.

Ciência e sociedade:

O nosso trabalho requer uma discussão mais focada na ciência, pois essa discussão nos permitir trabalhar com um conceito de ciência capaz de dar conta da maneira como algumas das notícias de Cidades são produzidas. Por enquanto, será

¹ Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo das FJA, e-mail: tiagoenriquez@yahoo.com.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo das FJA, e-mail:



explicado como alguns autores têm concebido a ciência enquanto um campo cultural e social imbuído de valores que permitam às mais diversas ciências serem chamadas de ciências.

Merton (1979) coloca o problema da perda de credibilidade da ciência junto à sociedade, relacionando-a com brechas na fiscalização feita pelos agentes do campo científico às ações que os colegas promovem para conseguir as suas descobertas. Segundo Merton, a fiscalização presente no campo é rigorosa, tanto que há uma “ausência virtual de fraudes nos anais da ciência” (Merton, 1979, p. 49) e “podemos supor que essa circunstância contribuiu para a integridade do homem da ciência” (Merton, 1979, p. 50).

No entanto, há momentos em que essa fiscalização falha. Essa é a oportunidade de surgimento das pseudociências, que se aproveitam tanto da falta de conhecimento científico do homem comum, como da reputação da ciência, para criarem teorias e conceitos que podem ser admitidos pelo leigo como científicas. Isso obriga os cientistas a justificarem seus métodos ao público, a fim de não serem confundidos com os pseudocientistas, uma vez que estes não assimilaram e puseram em prática os valores da comunidade científica, principalmente em relação ao desinteresse.

“Sua autoridade (da ciência) pode ser e é aproveitada para propósitos interessados, principalmente porque os leigos não estão amiúde em situação de distinguir as pretensões espúrias, dessa autoridade, das legítimas. As declarações presumivelmente científicas dos porta-vozes totalitários sobre a raça, a economia ou a história, são, para os leigos incultos, da mesma ordem das informações dos jornais sobre um universo em expansão ou a mecânica das ondas. Em ambos os casos, informações e declarações tais não podem ser testadas pelo homem da rua e, em ambos os casos, podem ser contrárias ao bom senso” (Merton, 1979, p. 51).

Portanto, Merton não tem a preocupação de questionar os valores da ciência, que ele chama de ethos ou imperativos institucionais. Esses são valores que, pela explicação autor, atestam a integridade, o caráter solidário e progressista da comunidade científica. Thomas Kuhn (2006) também analisa os valores da ciência, mas com uma abordagem crítica, já que a comunidade científica passa a ser vista como conservadora porque possui valores muito rígidos, que não estimulam tanto a inovação científica.

Enquanto que, para Merton, a ciência é uma comunidade progressista porque há um estímulo à inovação através de um imperativo comunista de divulgação das descobertas científicas; para Kuhn, a ciência é conservadora e não incentiva tanto as inovações. Isso porque os cientistas aceitos como pertencentes ao campo são aqueles



que aderem à ciência normal, que possui paradigmas, ou seja, critérios rígidos para recorrência a leis, teorias, aplicações e instrumentos, e que obrigam os cientistas a fazerem a pesquisa de acordo com o paradigma vigente.

O paradigma dita até os resultados a serem obtidos nas pesquisas, atribuindo a sua incompatibilidade com esses resultados a erro de cálculo do cientista. “Em geral, o projeto cujo resultado não coincide com essa margem estreita de alternativas é considerado apenas uma pesquisa fracassada, fracasso que não se reflete sobre a natureza, mas sobre o cientista” (Kuhn, 1996, p. 57-58). Revoluções científicas maiores só acontecem quando algum cientista corajoso e, geralmente, novato testa um conjunto de idéias produzido fora da esfera da ciência e consegue produzir resultado convincente.

Já Bourdieu se refere à ciência como um campo social onde há luta por poder simbólico. Então, os cientistas deixam de ser desinteressados e passam a ser agentes com “vontade de chegar primeiro, de brilhar” (Bourdieu, 2004, p. 31). E eles lutam para ter o monopólio da autoridade ou da competência em determinada área.

“O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, com a capacidade e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (Bourdieu, 1994, p. 122-123).

Todas as ações dos cientistas estão penetradas por interesses científicos e políticos de obter lucro científico. Esse lucro consiste na obtenção de reconhecimento entre seus-pares, que consiste numa tarefa difícil por se tratar de ser reverenciado pelos rivais. “Não há uma ‘escolha’ científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico” (Bourdieu, 1994, p. 126-127).

Enquanto que, para Merton, a ciência é íntegra; para Kuhn, é conservadora; e, para Bourdieu, é um campo de batalha com tiros indo de dentro para dentro, de dentro para fora e de fora para dentro; para Souza Santos (2006), era arrogante, mas está em crise e, portanto, há a possibilidade de diálogo entre as disciplinas e entre elas e as outras formas de conhecimento. Esse diálogo seria, segundo, Souza Santos, a possibilidade de conhecimento racional. “A ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional: só a configuração de todas elas é racional” (Souza Santos, 2002, pág. 55).



Souza Santos classifica a ciência em dois grandes paradigmas: o moderno, chamado também de dominante; e o emergente, ou pós-moderno. O paradigma moderno é o que nasceu com o movimento da Revolução Científica, do século XVI, e foi se desenvolvendo através de Copérnico, Galileu e Newton. Esse paradigma é arrogante por não considerar outras formas de conhecimento como racionais

“A partir de então (século XIX), pode-se falar de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso-comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos)” (Souza Santos, 2006, p. 21).

O século XIX é o ponto crítico do paradigma dominante, o mesmo século no qual houve o ápice e um início de queda da ciência dominante. Vários acontecimentos envolvendo a ciência, para Souza Santos, demonstram a mudança de perspectiva de uma ciência exata e suficiente para uma ciência mais humana e linkada a outras formas de conhecimento. Mais do que isso, uma tendência à interdisciplinaridade. No entanto, segundo Souza Santos, ainda não é possível prever que rumo a ciência pós-moderna vai seguir.

Jornalismo e ciência:

O presente trabalho não é sobre jornalismo científico, pois este se refere à cobertura de ciência e tecnologia em veículos especializados (citação de Wilson Bueno com conceito de jornalismo científico). No entanto, também entra no conceito de divulgação científica – “o uso de processos e recursos técnicos para a comunicação da informação científica e tecnológica ao público em geral” (Albagli, 1996). A principal diferença entre ciência no caderno Cidades e Jornalismo Científico é quanto à função da ciência no conjunto da matéria.

Segundo Albagli (1996), existem duas causas distintas às quais se atribui a importância da divulgação científica, e a essa interpretação depende da posição política. Há quem atribui a importância da divulgação científica ao fato de melhorar a democracia, no sentido de que permite aos leitores, ao conhecer a ciência, questionar as políticas públicas destinadas à ciência. Também existe a interpretação conservadora de



que as pessoas precisam conhecer a ciência para, conseqüentemente, respeitá-la, independentemente da pesquisa da qual se trate.

Para Albagli, a divulgação científica não tem contribuído para a democracia:

“Por fim, apesar de todos os esforços já realizados para repassar informação científica e tecnológica para a sociedade em geral, popularizando a ciência e a tecnologia, é perceptível a persistência, e até a ampliação, do *gap* de conhecimento científico-tecnológico entre os diferentes segmentos sociais, à medida que a absorção da informação científica ocorre diferenciadamente entre esses segmentos. Contraditoriamente, esse *gap* tem crescido na mesma proporção em mais informação técnico-científica é introduzida nos meios de comunicação de massa” (Albagli, 1996).

Isso acontece a divulgação científica não é capaz de sozinha promover a educação da população. Essa divulgação é uma forma de educação informal que depende da formal, que provê as pessoas de forma mais sistemática dos conhecimentos científicos necessários inclusive para que os cidadãos consigam entender as informações científicas. Para Hernando (1997), o jornalismo científico é complementar ao ensino. “La divulgación científica no sustituye a la educación, pero puede llenar vacíos en la educación moderna” (Hernando, 1997), sendo um desses vazios o fato de a educação tradicional não ser capaz de proporcionar a atualização que o jornalismo proporciona.

O presente artigo trata de um fenômeno que vai na contramão da tendência atual de especialização do jornalismo. No entanto, a existência do caderno Cidades com utilização de fontes científicas não deixa de ser importante para a divulgação científica, pois é o espaço no qual leitores mais leigos têm acesso ao conhecimento. Se, por um lado, é insuficiente para o entendimento da ciência, já que não há espaço para aprofundamento das questões científicas; por outro, a ciência aparece dentro de um contexto mais concreto e assimilável pelo leitor.

Quem traz essa discussão é Wilson da Costa Bueno (2000) como uma das tendências da indústria da comunicação que precisa ser analisada sob pena de correr o “risco de elitizar veículos e conteúdos, geralmente uma nova onda de excluídos” (Bueno, 2000).

“Uma parcela considerável de leitores de jornais e revistas, de radiouvintes e telespectadores não se aventura a consultar esses espaços especializados, exatamente porque não vê, de imediato, qualquer identificação com eles. ‘Eles são para pessoas que conhecem o assunto’ pensam estes leitores. Desta forma, deixam de receber informações valiosas para a compreensão do mundo que os cerca” (Bueno, 2000).



Segundo Bueno, todas as editorias possuem ganchos para inserção da ciência, com a vantagem de estarem contextualizadas, o que facilita a absorção por parte do leigo menos experiente. Isso não quer dizer que os veículos especializados não devam existir. Há os leitores que demandam cobertura mais aprofundada do que a veiculada em editorias onde a ciência não é o assunto principal. No entanto, privar o leitor comum mais leigo de informações científicas nos veículos menos segmentados pode aumentar o *gap* cultural entre os segmentos sociais.

Newsmaking e fontes:

As fontes são problematizadas porque constituem fator importante para o caráter jornalístico de muitas matérias, tanto em relação à sua presença no corpo do texto como em relação a escolha e o modo como aparecem. Por isso, o estudo das fontes integra o estudo do newsmaking: porque as entrevistas e as citações constituem etapas fundamentais para a qualidade da matéria, e porque esse estudo pode revelar uma cultura social ou institucional de enxergar determinada classe de pessoas de uma forma e não de outra.

Segundo Souza (2006), a literatura das fontes de informação jornalística privilegia a relação entre políticos e jornalistas. Entretanto, dentre as abordagens citadas por Souza, existem alguns conceitos que servem para o presente trabalho, como, por exemplo, o conceito de Blumler e Gurenvitch de fontes individuais e fontes institucionais (que, no caso da ciência, lembra as classificações de poder científico pelas por Bourdieu).

Uma classificação extensamente estudada é a de fonte oficial. Para Lage (2003), fontes oficiais são as que pertencem ao governo, empresa ou sindicato, ou seja, fonte comprometida com a posição política assumida pela instituição à qual está atrelada. Além das oficiais, existem as oficiosas, as desautorizadas e que, portanto, não podem falar em nome da instituição à qual pertencem. Outra classificação é a de fontes independentes, que, segundo Lage, foi colocado pelos norte-americanos para designar fontes ligadas a ONG; no entanto ele mesmo fala que as fontes ligadas às ONGs não deixam de ser oficiais.

Para Wolf (2001), existe uma predominância de fontes institucionais, oficiais e estáveis porque os jornalistas tendem a acreditar mais em fontes com grande capacidade de gerar notícia, para atender às suas demandas por notícia. Há uma diferença de busca



por fonte entre os jornalistas especializados e os não especializados, já que, enquanto sabem menos do tema de suas notícias porém tem um distanciamento maior em relação às fontes, os especializados, ao saberem mais sobre o tema, pode criar relação de amizade com algumas fontes a ponto de que tendenciar algumas matérias. Ele cita a pesquisa de Fichman:

“o especial caráter burocrático daquilo a que os repórteres se expõem regularmente. Sem exceção, apenas organismos e grupos formalmente constituídos são os terminais de rotina da recolha de informação. Quer se trate de associação de moradores, ou de agências federais, o repórter confia-se a uma estrutura de atividades e de informações já constituída e sistematicamente organizada” (Fichman apud Wolf, 2001, p. 228).

A classificação de fonte oficial, embora em algumas pesquisas possam ter tido sucesso, resultam em alguns problemas. Um deles é apontado por Schlesinger, citado por Souza.

“Philip Schlesinger recusa a classificação redutora das fontes nas categorias ‘oficial’ e ‘não oficial’, uma vez que há grupos sociais que se beneficiam do sistema (através de subsídios estatais) mas que conservam uma esfera de liberdade que lhes possibilita a crítica ao governo e ao sistema” (Souza, 2000, pág. 72).

Os cientistas enquanto fonte geralmente é um tema trabalhado por autores ligados ao jornalismo científico. Oliveira (2002) faz três classificações de fontes científicas: há os cientistas “torres de marfim”, que odeiam ceder entrevistas aos jornalistas; o “socielity”, que mais dá entrevistas do que pesquisa; e o “bom saramitano”, que está no meio termo, portanto possui uma visão equilibrada sobre o seu papel enquanto cientista que deve fazer pesquisa, mas também reservar um pouco do seu tempo para expor na mídia a sua pesquisa.

Metodologia:

O presente trabalho consiste numa análise de conteúdo. Foram coletadas vinte e três matérias do caderno Salvador, do jornal A Tarde. O período de coleta foi de dezembro de 2007 a março de 2008, período escolhido aleatoriamente, sem preocupação com fatores sazonais. Os critérios utilizados para a localização das matérias foi que contivessem fonte científica: fonte envolvida em alguma pesquisa



científica citada no corpo da matéria ou que foi contatada em função de sua formação enquanto científica.

Os dados analisados nas matérias foram: a área de conhecimento da fonte científica, classificada de acordo com a tabela de áreas de conhecimento da Capes de 2008; a instituição à qual a fonte científica pertence – se é uma universidade ou um instituto de pesquisa; a função que ela exerce dentro da instituição, se é burocrática ou não; a fonte primária de cada matéria –; e como as fontes se inserem na matéria, ou seja, a função delas no corpo do texto e que indica por que o jornalista escolheu aquela fonte tendo em vista a credibilidade que ela daria ao texto.

Dados quantitativos:

Quanto às áreas de conhecimento, houve um predomínio das ciências humanas e sociais aplicadas, seguidas das multidisciplinares, da saúde e engenharias:

Ciências humanas	11
Ciências sociais aplicadas	07
Multidisciplinar	03
Saúde	03
Engenharia	03
Linguística/Letras/Artes	01
Ciências biológicas	01
Ciências exatas e da tarde	01

Esse predomínio só foi possível por causa do conceito de ciência utilizado nesta pesquisa e da recorrência à tabela da CAPES, em vez de ter recorrido à sugestão de definição de alguns autores do jornalismo científico. Bourdieu considera as ciências sociais como subcampos científicos, apesar de muito dependentes do campo político, o que dificulta que as decisões dentro das ciências sociais sejam puramente científicas. Souza Santos coloca o surgimento das ciências sociais como o início da queda do paradigma dominante.

Hernando (2006), importante em função de ter pensado na importante, objetivos e características ideais do jornalismo científico, em várias passagens, sugere que a ciência não inclui as ciências sociais. “El científico e el periodista tienen mucho en



común. Ambos formulan preguntas, uno a la naturaleza, el otro a los individuos” (Hernando, 2006) é um dos trechos nos quais Hernando sugere que todas as ciências estudam a natureza.

As instituições científicas foram classificadas quanto a se são universidades ou institutos de pesquisa. O embasamento para essa classificação está tanto no que os institutos de pesquisa consideram como instituição científica. Dentre as instituições com cota na Fapesb, por exemplo, só há universidades e dois institutos de pesquisa (no caso, Fiocruz e Embrapa). Outra fonte de embasamento foi a classificação de institutos de pesquisa do cientista Newton Freire-Maia (1990).

Há predomínio das universidades nas fontes científicas coletadas por esta pesquisa. Elas aparecem duas quatro vezes mais que os institutos:

Universidade:	20
Instituto de pesquisa:	05
Não há referência:	05

Isso corrobora com a afirmação de Freire-Maia sobre a importância das universidades na produção e disseminação científica.

“Os institutos isolados (agronômicos, biológicos, tecnológicos, astronômicos, de matemática, de física, etc.), por outro lado, podem ter programas específicos de pesquisas que nem sempre correspondem exatamente às preferências dos cientistas” (Freire-Maia, 1990, pág. 141).

A função que os cientistas exercem dentro das instituições foi classificada quanto a se são burocráticas ou não. Há casos em que não se aplica, pois se tratam de instituições como fontes científicas institucionais. Foi levada em consideração para esta análise a teoria de Bourdieu sobre o poder simbólico que os cientistas podem ter dentro do campo. Há o poder institucional, daqueles que ocupam cargo dentro de uma instituição ou departamento científico e têm poder determinar politicamente o que deve ser considerado científico; e os cientistas com poder simbólico, decorrente de alguma produção importante no campo.

Há um equilíbrio entre as fontes burocráticas e as não burocráticas:

Não burocrática:	15
Burocrática:	11



Não se aplica: 04

No entanto, aparecem como burocráticas fontes cujo cargo não é mencionado no texto. Isso porque se supõe que foram chamadas por ser a única, a com maior respaldo ou a mais contatada para ceder entrevista para falar do tema requerido pelo jornalista. Há outras fontes que foram contatadas por serem coordenador de grupo de pesquisa, orientador de trabalho científico, diretor de departamento e para falar em nome da instituição ou departamento no qual possui função burocrática. As instituições científicas não ocupam cargo dentro delas próprias, portanto nesses casos, a classificação não se aplica.

Outra classificação foi quanto à fonte primária. É o que Lage chama de classificação pela ordem: há as fontes primárias e as secundárias. A primária está diretamente relacionada ao fato ou tema da matéria, enquanto a secundária é uma fonte à parte que pode elucidar o problema tratado na pauta, mas possui uma relação mais distante. A ciência aparece como primária na menção das matérias (30%). Mas em muitas matérias a fonte primária não aparece claramente enquanto tal porque há muitas reportagens nas quais o jornalista utilizou um fato como gancho para desenvolvê-lo. Além disso, em outros casos as primárias se diversificam bastante.

A fonte científica:	09
Não deixa claro:	07
Órgãos públicos:	02
Instituições científicas	02
Conselho profissional:	01
Religião:	01

Lage faz a classificação das fontes em testemunhais e especialistas (dentre as quais se incluem os cientistas), e prevê que as especialistas tendam a ser secundárias, já que os jornalistas as buscam para conseguir uma interpretação sobre o fato ou o assunto retratado. Ele exemplifica com uma hipotética matéria sobre plantio de cafezais, na qual o agrônomo seria fonte primária; enquanto que instituições de pesquisa, economista ou geólogo seriam secundárias.

A fonte científica é primária quando o assunto principal é uma pesquisa. Um exemplo é a matéria sobre pesquisa de esqueletos. Outra condição é que o assunto



principal seja dados de fontes científicas. Nesses casos, costuma aparecer discursos como “segundo especialistas” e, depois, exemplificação de cientistas com esses discursos. Há também casos nos quais a fonte científica não tem apenas função científica, mas também de testemunha. Um exemplo é Jaime Sodré, que frequentemente aparece tanto como historiador, dando conceitos e análises históricas, como um religioso do candomblé falando das dificuldades de sua religião.

Quando a fonte científica é secundária, na metade dos casos a primária não é está nítida no corpo da matéria, pois se tratando de suítes ou não, são matérias cuja fonte que a motivou não se inclui no corpo do texto ou se inclui como uma testemunha. Também existem matérias que podem decorrer da observação direta do jornalista. Há uma reportagem sobre o risco da profissão de frentista na qual só através da entrevista daria para saber se trata-se de uma observação direta, há alguma sugestão anônima de reportagem, descoberta em arquivo de número ou casos a respeito dos acidentes em postos de gasolina.

A maneira como as fontes científicas aparecem também foi analisada quantitativamente. Foi observado o predomínio das análises sociais da realidade, sugestões ao governo, causas ou motivos e dados estatísticos:

Análise da realidade:	06
Sugestão ao governo:	05
Causa ou motivo:	04
Dados estatísticos:	03

As análises sociais da realidade se diferem das causas porque se referem à situação concomitante ao fato principal sobre o qual o jornalista pediu explicação. São informações contextuais que se desenrolam ao mesmo tempo e que, segundo o cientista, pode haver relação: ter o mesmo motivo, relação de causas recíprocas, etc. Já causa é um fato anterior que desemboca na situação a ser explicada por ele. Dados estatísticos não são pesquisas científicas, mas existem pesquisas científicas que contenham esses dados e, na nossa pesquisa, foram coletadas as matérias onde isso aparece claramente.

Outro dado importante quanto à maneira de inserção de cientistas nas matérias é quanto às análises sociais da realidade, que predominam na editoria e que só aparecem quando a fonte científica é da área de humanas e sociais aplicadas. Dentre essas matérias, há duas envolvendo religião, duas envolvendo economia, uma sobre educação



e uma sobre segurança. Ou seja, são temas recorrentes na editoria, o que indica que a editoria de Cidades acaba sendo um espaço privilegiado para recorrência a essas ciências.

Considerações finais:

A pesquisa sobre ciência no caderno Cidades requer um conceito de ciência que contemple todas as áreas de produção científica. As ciências humanas e sociais aplicadas, que foram excluídas do conceito de ciência pelo paradigma dominante/moderno definido por Souza Santos e ainda enfrentam receio para admissão dentro do campo, são justamente as que mais aparecem nessa editoria. Caso não entrassem na pesquisa, esta se enfraqueceria por falta de material de análise.

Uma dificuldade das ciências sociais é a influência de valores alheios ao campo científico, que ganham maior intensidade nessas ciências, sobretudo os valores do campo da política. Bourdieu distingue a sociologia oficial como “campo de produção de discursos eruditos” dos campos científicos sociais mais puros devido à forma como eles citam suas referências – se para embasar as suas afirmações ou para provar que seus conhecimentos estão certos e o das massas errado. Segundo Bourdieu, há uma correspondência maior entre a luta por poder dentro das ciências sociais e a luta no campo político:

O desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais aí está para testemunhar que o progresso em direção à autonomia real – que condiciona e supõe, ao mesmo tempo, a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico auto-regulado e autárquico – se choca, necessariamente, com obstáculos desconhecidos alhures: e não pode ser de outro modo, porque o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política (Bourdieu, 1994, p. 148).

Isso significa que, assim como existem os discursos de direita e os de esquerda no campo político, há também esses discursos no campo das ciências sociais. Para Tuchman, os jornalistas recorrem às fontes para que seus discursos apareçam na matéria como sendo de outras pessoas. Não expõe exemplo de caso com fonte científica e fala, especificamente dos casos nos quais há aspas. Ele cita, como exemplo, uma matéria de manifestação na qual o jornalista utilizou o discursos de comícios entre aspas para dar sua opinião dando à matéria um aspecto de objetividade.



“Elas (as aspas) tornaram o artigo ‘objetivo’ e protegeram o repórter de seus superiores [...] Em suma, o repórter manipulou os seus superiores inserindo as suas próprias opiniões, seguindo um procedimento que eles equiparavam a objetividade” (Tuchman, p. 83).

Pode-se afirmar então que os jornalistas recorrem à ciência para conferir objetividade às suas matérias. Se o tema da matéria cobra a recorrência a um cientista social, não importa muito qual é a opinião do jornalista em relação ao tema. Se o jornalista encontra um cientista que coadune com suas idéias, ele consegue dar a sua opinião como se fosse uma realidade objetiva, já que a palavra é do cientista, que estuda e tem mais condição de afirmar o que o jornalista quer afirmar. Isso não quer dizer que os únicos cientistas a serem procurados dessa forma sejam os sociais. Mas essa maior influência de valores da política nas ciências sociais facilita a busca por pesquisadores com pensamento político afim.

No entanto, isso pode indicar uma supervalorização da ciência, independentemente da área de conhecimento científico. Além disso, é necessário fazer pesquisa junto aos próprios jornalistas para saber o que de fato acontece em relação ao uso de conhecimento científico no caderno Cidades.

Referências bibliográficas

ALBAGLI, Sarita. **Divulgação científica: informação científica para cidadania?** Brasília. Ibiect (Revista de ciências da computação). 1996. Disponível no site <http://www.ibiect.br/cionline/viewarticle.php?id=506>, acessado em 9 de junho de 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo. Unesp. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico.** In ORTIZ, Ortiz (org). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo. Ática. 1994.

BUENO, Wilson da Costa. **Os novos desafios do Jornalismo Científico.** Portal do Jornalismo Científico. 2000. Disponível no site http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo9.php, acessado em 9 de junho de 2008.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro.** Petrópolis, Vozes, 1990.

HERNANDO. Manuel Calvo. **Objetivos de la divulgacion de la ciencia.** Quito. Chasqui. 1997. Disponível no site <http://www.comunica.org/chasqui/hernando.htm>, acessado em 9 de junho de 2008.

___ **La prensa y la divulgacion científica.** São Paulo. More Majorum.. 2006. Disponível no site <http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/esprial/more26a.htm>, acessado em 9 de junho de 2008.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo. Perspectivas. 2006.



LAGE, Nilson: **Fontes & Fontes**. In. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record. 2003. 3 ed.

MERTON, Robert. **Os imperativos sociais da ciência**. In DEUS, José Dias de. **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro. Zahar. 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo. Cortez. 2006.

SOUZA, Jorge Pedro. **Algumas teorias e estudos sobre fontes de informação jornalística**. In. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Minerva. 2000.

TUCHMAN, Guy. **A objetividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Vega. 1999.

WOLF, Mauro. **As fontes**. In **Teorias da comunicação**. Lisboa. Presença. 2001.